



# Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

Ofício n.º 375/2024 - GP

Alta Floresta/MT, em 27 de setembro de 2024.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por intermédio deste, solicitar de Vossa Excelência a tramitação e aprovação do **Projeto de Lei n.º 2.317/2024** que **“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.949/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Conforme alude o inciso I, do art. 129 do Regimento Interno desta Casa de Leis, torna imperiosa a aprovação da propositura em **REGIME DE URGENCIA ESPECIAL**.

Contando com vossa habitual atenção, esperamos que seja o presente Projeto de Lei analisado, obtendo deliberação favorável em sua íntegra.

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovamos nossos votos de alta estima e distinta consideração.

**VALDEMAR GAMBA**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**Vereador OSLEN DIAS DOS SANTOS (TUTI)**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Câmara Municipal de Alta Floresta – MT



# Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

## PROJETO DE LEI Nº 2.317/2024

**SÚMULA: “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.949/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTORIA:** Executivo Municipal.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **VALDEMAR GAMBA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º-** Ficam alterados o artigo 8.º e o artigo 45 e seu inciso II, todos da Lei nº 2.949/2024, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8.º-** A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária, a, no máximo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida.”

...

“**Art. 45 -** Observado os Incisos V e VI do Artigo 167 da Constituição Federal fica o poder Executivo autorizado, mediante ato próprio, remanejar créditos orçamentários e suplementares de um órgão para outro e de uma categoria econômica para outra, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária, observada a previsão do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

1

...

**II-** Os créditos Suplementares referentes ao Orçamento do Poder Legislativo e autarquias (IPREAF) obedecerão ao limite de até 30% (trinta por cento).”

**Art. 2.º-** Os demais dispositivos da Lei Municipal 2.949/2024, permanecerão inalterados.

**Art. 3.º-** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à reedição da Lei Municipal nº 2.949/2024, com as alterações da presente Lei.

**Art. 4.º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5.º-** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT, em 27 de setembro de 2024.

  
**VALDEMAR GAMBA**  
**Prefeito Municipal**





# Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

## JUSTIFICATIVA

Apraz-nos encaminhar a Vossa Excelência para exame e indispensável aprovação o incluso **Projeto de Lei nº 2.317/2024**, de nossa iniciativa, que em súmula: **“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.949/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Através do presente, o executivo municipal encaminha o presente Projeto de Lei para alteração nos artigos 8.º e 45 e seu inciso II, todos da Lei 2.949/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2025.

Os referidos dispositivos foram objeto de emenda durante o processo de aprovação da LDO 2025, e, estas emendas, na prática, causam entraves à execução orçamentária, e, dificultam sobremaneira a efetividade da norma.

A atual redação, onde, **aumenta a retenção de orçamento na Reserva de Contingência e diminui a o percentual de remanejamento, é sinônimo de mais recursos públicos “preso”**, essa gestão, bem como, a essência do órgão público não é reter recursos públicos, mas sim, oferecer serviços públicos à sociedade de qualidade e eficiência.

Cumpre dizer que ao longo dos anos sempre foram utilizados os limites de acordo com o texto encaminhado originariamente, não havendo justificativa para o aumento da retenção na reserva de contingência e a redução dos limites de remanejamentos nesta oportunidade.

A alteração que se pretende, retornando o texto da propositura original, tem por objetivo dar celeridade ao cumprimento das mais variadas obrigações administrativas, vez que a praxe demonstra que a todo momento novas situações exigem mobilidade para a execução de serviços e soluções de problemas em todas as Pastas Municipais.

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis, que a matéria ora encaminhada, seja analisada, **em regime de urgência especial**, e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Reiteramos a Vossa Excelência a nossa expressão de grande estima e apreço.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT, em 27 de setembro de 2024.

**VALDEMAR GAMBA**  
**Prefeito Municipal**